

TERMO DE REFERÊNCIA – LEI 14.133/21
COMPRAS – CONTRATAÇÃO DIRETA
Processo Administrativo n. 19615.722.415/2023-32

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

1.1. Confeção de **08 (oito) quadros de vidro** med. 10mm, incolor, tipo sanduíche, com botões cromados, nas dimensões 0,50 altura x 0,35 largura. Sendo atendidas as seguintes unidades:

01 (um) – DRF/Recife, 01 (um) – DRJ/Recife, 01 (um) – DRF/Alfandega, 01 (um) – IRF/Suape, 01 (um) – IRF/Aeroporto, 03 (três) – SRRF04

Local de entrega:

SRRF04 - Av. Alfredo Lisboa, 1152, 4º andar, Recife Antigo, Recife, PE

1.2 Aquisição de **02 (dois) manequins de loja** (01 masculino e 01 feminino) para serem utilizados no museu da pirataria nesta DRF/REC.

Local de entrega:

DRF / REC - Av. Alfredo Lisboa, 1152, 2º andar, Bairro Recife Antigo, Recife – PE

1.3 Aquisição de **01 (um) Carrinho para armazém 400kg** metálico pesado roda pneu e câmara.

Local de entrega:

DRF / REC - Av. Alfredo Lisboa, 1152, 2º andar, Bairro Recife Antigo, Recife – PE

TEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	PREÇO ESTIMADO GLOBAL	PRAZO DE ENTREGA
01	Confeção de 08 (oito) quadros de vidro med. 10mm, incolor, tipo sanduíche, com botões cromados, nas dimensões 0,50 altura x 0,35 largura (fotos do material em anexo).	un	08	1.680,00	10 (dez) dias após envio da ordem de fornecimento e Nota de Empenho
02	Manequim (desencaixa braços e cabeça), Resina Plástica, Corpo inteiro, Cabeça de ovo, Masculino Branco. Acompanha base para sustentação. Informações complementares: Adulto, Tamanho M 44/46 - (3-M), 104CM-110CM, 81CM-87CM, 111CM-118CM	un	01	R\$ 312,00	10 (dez) dias após envio da ordem de fornecimento e Nota de Empenho
	Manequim (desencaixa braços e cabeça), Resina Plástica, Corpo inteiro, Cabeça de ovo Feminino Branco. Acompanha base para sustentação. Informações complementares: Adulto, Tamanho M 44/46 - (3-M), 104cm-110cm, 81cm-87cm, 111cm-118cm	un	01	R\$ 242,10	
03	Carrinho para armazém 400kg metálico pesado roda pneu e câmara. Aplicações e dicas de uso: Indicado para transportes de cargas em geral, inclusive tambores, sendo a pressão máxima dos pneus de 25 lbf/pol². Destaques e diferenciais: Possua estrutura metálica reforçada e pintada. Especificações do Produto: Capacidade de carga do carrinho para transporte: 400 kg; Tamanho da roda do carrinho para transporte: 3,25" x 8"; Tipo da roda do carrinho para transporte: Pneu com câmara de ar; Material do aro do carrinho para transporte: Metálico; Comprimento total do carrinho para transporte: 73,0 cm Largura total do carrinho para transporte: 69,0 cm Altura do carrinho para transporte: 140,0 cm Comprimento x largura da base do carrinho para transporte: 48 x 31 cm. Material da estrutura do carrinho para transporte: Metálica Cor do carrinho para transporte: Amarelo	un	01	R\$ 838,76	10 (dez) dias após envio da ordem de fornecimento e Nota de Empenho

- 1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.
- 1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da emissão do empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.
- 1.6. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 3.072,86** (três mil, setenta e dois reais e oitenta e seis centavos), conforme custos apostos na tabela acima.
- 1.7. Cronograma de contratação: Entrega total do material **10 (dez) dias** para todos os itens, após o recebimento da nota de empenho, não podendo passar no total, no prazo de 12 meses.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘b’, da Lei nº 14.133/2021).

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizados no documento de formalização de demanda e nas consolidações de pesquisa de preços (fls.54/57; 76/79; 110/113)

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’, e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

- 3.1 A descrição como um todo refere-se à aquisição de materiais diversos, para fins de atendimento aos serviços prestados pelo órgão.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’, da Lei nº 14.133/21)

- 4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1. Sustentabilidade:

- 4.1.1.1. A empresa contratada deverá observar as práticas de sustentabilidade previstas em lei, decretos e resoluções de órgãos ambientais, bem como o respeito a medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho, que possam vir a ser causados pelo objeto contratado.

- 4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

- 4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

- 4.3.1. Entendemos ser contraproducente a exigência de garantia em compras, já que a Administração somente vai realizar o pagamento após o recebimento definitivo do objeto. Tal exigência encareceria o preço e atrasaria os procedimentos, não trazendo benefício para a Administração. Ademais, não há risco a ser mitigado com a referida exigência.

- 4.3.2. Registre-se que no caso de inexecução total ou parcial do objeto, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas previstas no Termo de Referência.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

5.1. Entrega total do material será de **15 (quinze) dias** para o item 01(quadros de vidro) e **10 (dez) dias** para os demais itens, após o recebimento da nota de empenho

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

ITEM 01: SRRF04 - Av. Alfredo Lisboa, 1152, 4º andar, Recife Antigo, Recife, PE;

ITEM 02: DRF / REC - Av. Alfredo Lisboa, 1152, 2º andar, Bairro Recife Antigo, Recife – PE

ITEM 03: DRF / REC - Av. Alfredo Lisboa, 1152, 2º andar, Bairro Recife Antigo, Recife – PE

5.4. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 15 (quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 2 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 3 (três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

6.3.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

6.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

6.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

6.9. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.10. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021 que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item.

7.2. As exigências de habilitação fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

8.4. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

8.5. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.7. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.8. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.9. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.10. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.11. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.12. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.13. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.14. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.15. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

9.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

ITEM 1

Gestão/Unidade: 00001/170058

Fonte: 1032000000

Programa de Trabalho: 04.122.0032.2000.0001

Natureza de Despesa: 339030

Subitem de Natureza de Despesa: 29

PI: OUTRCUSTEIO

ITENS 2 E 3

Gestão/Unidade: 00001/170058

Fonte: 1032000000

Programa de Trabalho: 04.125.0032.2237.0001

Natureza de Despesa: 449052-42/449052-34

Subitem de Natureza de Despesa

PI: TETOLIVRE

10 **QUADRO DE ASSINATURAS**

<i>Assinatura Digital</i> Elton Kleber da Silva Chefe Selic/Dipol04 <i>Elaboração</i>
<i>Assinatura Digital</i> Dreyfus Diogenes de Lima Chefe Dipol04 Reconhecimento da Situação de Dispensa de Licitação
<i>Assinatura Digital</i> Superintendente Adjunta SRRF04 Ratificação de Reconhecimento de Dispensa de Licitação <i>Aprovação do Documento</i>